O escrutínio após 2023

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

O caso de lavagem de dinheiro e os family offices

Em 15 de agosto de 2023, a polícia prendeu dez estrangeiros em operações coordenadas. Os ativos finalmente apreendidos, bloqueados ou objeto de ordens de proibição de disposição somaram cerca de S$ 3 bilhões. Os dez foram condenados a penas entre 13 e 17 meses, com perda dos bens.[1] O caso é examinado integralmente no capítulo VI desta parte. Para o regime dos family offices, sua importância residiu em um fato revelado no Parlamento: seis fundos de single family office com incentivos fiscais estavam ligados aos condenados ou a seus cônjuges.

Em resposta de 2 de julho de 2024, Gan Kim Yong explicou que os benefícios fiscais haviam sido retirados a partir do exercício em que os proprietários ou seus cônjuges foram acusados ou condenados. Os benefícios recebidos anteriormente não podiam ser recuperados, salvo se as condições tivessem sido descumpridas, embora os bens perdidos excedessem os benefícios fiscais.[2] O episódio mostrou os limites da concessão como instrumento de controle. A Monetary Authority of Singapore (MAS) podia revogar um benefício fiscal. Não podia desfazer o dano reputacional de tê-lo concedido.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Em 4 de julho de 2025, a MAS aplicou penalidades no total de S$ 27,45 milhões a nove instituições financeiras por violações das regras de combate à lavagem de dinheiro relacionadas ao caso.[3] As penalidades confirmaram a lógica do marco. Os bancos que aceitam family offices e seus titulares como clientes constituem a primeira linha de defesa e arcam com as consequências quando ela falha.

O teste seguinte veio em 2025. Depois que os Estados Unidos impuseram sanções a pessoas ligadas à Prince Holdings, a MAS identificou dois fundos de family office com incentivos fiscais ligados às pessoas sancionadas e cessou seus incentivos. Na mesma resposta de 5 de novembro de 2025, Chee Hong Tat, ministro do Desenvolvimento Nacional e vice-presidente da MAS, informou que cerca de 3% de aproximadamente 1.300 pedidos nos termos das seções 13O e 13U haviam sido rejeitados nos três anos anteriores. Menos de 1% dos family offices isentos de imposto nesse período haviam sido ligados a condenações por lavagem de dinheiro. Ele descreveu a abordagem da MAS como proporcional ao risco.[4]

Triagem e origem do patrimônio

Depois do caso, o processo de pedido do incentivo fiscal mudou de natureza. A partir de 1º de outubro de 2024, segundo relatos, os requerentes passaram a precisar de um relatório de triagem sobre a família, elaborado por um de um pequeno número de prestadores aprovados, entre eles várias grandes empresas de auditoria. As perguntas sobre a origem do patrimônio tornaram-se mais detalhadas. Informar todas as cidadanias, inclusive as anteriores, tornou-se padrão. A MAS declarou que verifica os requerentes quanto a notícias negativas e a riscos de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo e que os requerentes devem abrir contas em instituições financeiras de Singapura, que realizam sua própria diligência.[5]

O efeito imediato foi uma forte desaceleração. Os prazos de processamento se alongaram. Famílias que haviam transferido pessoal para Singapura esperaram meses por uma decisão enquanto suas contas bancárias permaneciam em processo de abertura. Em julho de 2025, Chee Hong Tat, vice-presidente da MAS, anunciou que a maioria dos pedidos passaria a ser processada em três meses, contra quase doze meses no auge do acúmulo de pedidos. Acrescentou que as autoridades trabalhavam

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

com os bancos privados para acelerar a abertura de contas. Em 25 de maio de 2026, o Private Banking Industry Group comprometeu-se a reduzir o prazo de abertura de contas para a maioria dos clientes a menos de um mês até o fim de 2026, ante uma mediana do setor de cinco a seis semanas.[6]

O Parlamento pede números

O family office tornou-se tema recorrente de perguntas parlamentares. Os deputados perguntaram pelo número de escritórios, pelo emprego que geram, por sua origem, por seus ativos e pela receita tributária renunciada. O governo respondeu às primeiras perguntas e recusou-se, em substância, a responder às demais. Em agosto de 2026, um Nominated Member perguntou pelos ativos sob gestão dos escritórios aprovados por país de origem e pelo número e porte dos pedidos pendentes. A resposta indicou o número total e a origem regional, mas nenhum valor de ativos.[7]

A reticência tem motivos. Números detalhados por país poderiam expor famílias individuais de pequenos mercados de origem, e as próprias cartas de concessão são confidenciais. A ausência de dados torna, no entanto, difícil avaliar se o incentivo se paga. Os críticos apontam para a receita tributária renunciada e para o efeito dos recém-chegados abastados sobre os preços dos imóveis e o sentimento público, questão examinada no capítulo V da parte I. Os defensores apontam para o emprego, os gastos e os negócios gerados para o setor financeiro.

Riscos de governança dentro do family office

O escrutínio após 2023 não disse respeito apenas à lavagem de dinheiro. O rápido crescimento do setor pôs famílias inexperientes em contato com assessores de qualidade variável. Em março de 2025, o fundador de um family office foi a juízo contra quatro ex-empregados e uma sociedade das Ilhas Virgens Britânicas, alegando o desvio de cerca de S$ 74 milhões, descoberto em dezembro de 2023.[8] As alegações ainda não haviam sido julgadas no momento da redação. O caso motivou a pergunta parlamentar de abril de 2025 mencionada acima. Ilustra um ponto que a própria MAS destacou: como os family offices não são regulados, a proteção da família depende de sua própria governança e de seus controles.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Calibragem entre atratividade e integridade

A circular de 31 de julho de 2026 mostra que o pêndulo não oscilou apenas no sentido da restrição. Ela dá aos family offices mais tempo para contratar seus profissionais de investimento, simplifica a verificação do porte mínimo, limitando-a ao momento do pedido e ao fim de cada período, e racionaliza as condições de gastos e de aplicação de capital.[9] A circular seguiu-se a uma revisão anunciada no Parlamento em outubro de 2025, que visava reduzir os atritos operacionais por meio de documentos de pedido e obrigações de reporte mais simples e de um leque mais amplo de investimentos elegíveis. A MAS afirmou na ocasião que não havia observado saída líquida de family offices.[10] O marco de licenciamento abandonou a exigência de parecer jurídico e alongou os prazos de apresentação. Ao mesmo tempo, a condição da conta bancária abrange agora todos os escritórios e todas as concessões, e o limite de cinco gerações fecha uma via pela qual investidores sem vínculo entre si poderiam ter reunido seu dinheiro.

O regime resultante combina generosidade na substância com rigor no procedimento. O benefício fiscal em si não foi reduzido. Os portes mínimos de S$ 20 milhões e S$ 50 milhões permaneceram onde estavam em 2023. O Estado concentrou seu esforço em saber quem são as famílias, de onde vem seu dinheiro e quais bancos o detêm. O capítulo VI desta parte extrai a lição mais ampla do caso de 2023 para a aceitação de clientes e as verificações da origem do patrimônio. O capítulo III da parte K compara a abordagem de Singapura com a de seus concorrentes.

Notas

1. Wikipedia, “2023 Singapore money laundering case” (acesso em novembro de 2026): prisões em 15 de agosto de 2023; cerca de S$ 3 bilhões em ativos; penas de 13 a 17 meses para os dez condenados, com perda dos bens. ↩
2. MAS, resposta escrita de Gan Kim Yong a uma pergunta parlamentar de Usha Chandradas, Nominated Member of Parliament, 2 de julho de 2024 (mas.gov.sg, “Written reply to Parliamentary Question on SFOs awarded tax

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

benefits linked to money laundering case"): seis fundos de SFO com incentivos fiscais ligados a pessoas condenadas no caso ou a seus cônjuges; benefícios retirados a partir do exercício em que os proprietários ou seus cônjuges foram acusados ou condenados; nenhuma recuperação de benefícios anteriores, salvo descumprimento das condições; os bens perdidos excedem em muito quaisquer benefícios fiscais concedidos. ↩

3. Wikipedia, "2023 Singapore money laundering case" (acesso em novembro de 2026): em 4 de julho de 2025, a MAS aplicou S$ 27,45 milhões em penalidades a nove instituições financeiras por violações das regras de AML relacionadas ao caso. ↩
4. MAS, resposta escrita de Chee Hong Tat, ministro do Desenvolvimento Nacional e vice-presidente da MAS, em nome de Gan Kim Yong, a perguntas parlamentares de Kenneth Tiong, He Ting Ru, Sylvia Lim, Louis Chua Kheng Wee e Abdul Muhaimin Abdul Malik, 5 de novembro de 2025 (mas.gov.sg, "Single Family Office tax incentive recipients following US sanctions on Prince Holdings"). ↩
5. Caproasia, 12 de julho de 2025, citado acima, informando que os pedidos apresentados a partir de 1º de outubro de 2024 exigem um relatório de triagem de um de seis prestadores, entre eles EY, KPMG, PwC e BDO Advisory; Caproasia, 18 de outubro de 2024, citado acima, informando sobre as respostas parlamentares de 16 de outubro de 2024 relativas à triagem dos requerentes pela MAS e às contas em instituições financeiras de Singapura. ↩
6. Caproasia, "Singapore Tax Incentives (13O & 13U) Family Offices Application Wait Time Reduced from 12 Months to 3 Months …", 12 de julho de 2025; Hubbis, "What Practitioners Should Know About Singapore's New 3-Month Family Office Tax Incentive Approval Regime" (hubbis.com, acesso em novembro de 2026): aprovações em "close to 12 months" no fim de 2023 e início de 2024, meta de "within three months" sujeita a pedidos completos; Association of Banks in Singapore, comunicado à imprensa "Singapore Private Banking Industry Group to Enhance Customer Onboarding Processes to Achieve Faster Account Opening Times", 25 de maio de 2026. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

7. MAS, resposta escrita de 5 de agosto de 2026 ao Dr Neo Kok Beng, citada acima, que não indica nenhum valor de AUM dos SFOs e não trata dos pedidos pendentes. ↩
8. Caproasia, 12 de julho de 2025, citado acima, informando sobre uma ação ajuizada em março de 2025 pelo fundador de um single family office contra quatro ex-empregados e uma sociedade das BVI pelo alegado desvio de S$ 74 milhões, descoberto em dezembro de 2023. ↩
9. MAS, FDD Cir 05/2026, par. 1(b). ↩
10. MAS, resposta escrita de Gan Kim Yong a uma pergunta parlamentar de He Ting Ru, 14 de outubro de 2025 (mas.gov.sg, "Written reply on family offices"). ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com